

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Ao dia de hoje, a Groundforce continua sem dinheiro para pagar salários aos seus 2400 trabalhadores. O acordo que permitiu pagar 500 euros a cada trabalhador, embora positivo, não trouxe uma solução definitiva que permita assegurar a subsistência da empresa ao período de crise provocada pela pandemia. Acresce que caso a empresa não pague os salários até ao dia 12 de março, pode ser colocado em causa o pagamento do apoio extraordinário à retoma progressiva de que a empresa tem vindo a beneficiar.

Importa notar que a Groundforce é a maior empresa de handling do país, sendo nuclear para a atividade da TAP e para o sector da aviação como um todo. Por isso, o Governo não pode continuar a adiar uma solução definitiva para a empresa, empurrando a Groundforce para uma situação insustentável, precipitando uma possível insolvência ou uma venda ao desbarato a grupos de investidores privados.

Nesta fase, sabendo que parte das ações do acionista privado da Groundforce estão penhoradas por várias entidades, o Governo deve, desde já, resgatar para o controlo público as ações dispersas, de modo a assegurar o compromisso com os trabalhadores e a capacidade de resposta da empresa a um previsto aumento da atividade aérea.

Em contradição, a Secretária de Estado do Turismo, Rita Marques, veio afirmar que prevê abrir fronteiras e o turismo no início de maio. Fica por explicar como pretende o Governo responder ao aumento do tráfego aéreo sem a maior empresa de handling do país?

Para este Grupo Parlamentar, não é aceitável que 2400 trabalhadores continuem sem receber os seus salários e que uma empresa absolutamente central para o sector da aviação em Portugal não encontre por parte do Governo uma solução definitiva.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas e Habitação, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Ministério conhecimento desta situação?
2. Como pretende o Governo garantir o pagamento da totalidade dos salários em atraso aos trabalhadores? Que soluções tem pensadas para não permitir que a partir de dia 12 de março possa existir incumprimento e conseqüente falha no acesso ao apoio à retoma progressiva?
3. Sem assegurar a capacidade operacional e financeira da Groundforce, como prevê o Governo que a TAP seja capaz de responder ao aumento do tráfego aéreo previsto para maio, considerando que a Groundforce já perdeu mais de 1000 trabalhadores no ano de 2020?

Palácio de São Bento, 10 de março de 2021

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)